



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Gestão dos Gastos Públicos Administrativos - SUGESP

DECLARAÇÃO

O **ESTADO DE RONDÔNIA**, por intermédio da doravante denominada **SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE GASTOS PÚBLICOS ADMINISTRATIVOS - SUGESP**, inscrita no CNPJ nº 03.693.136/0001-12, com sede na Av. Farquar, nº 2.986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira - Edifício Rio Jamari, Curvo 3, 1º andar, CEP 76.801-470, Porto Velho-RO, neste ato representada por sua Superintendente, **SEMAYRA GOMES DO NASCIMENTO**, brasileira, inscrita no CPF sob o nº ***.531.482-**, nomeada por meio do Diário Oficial do Estado de Rondônia nº 251 (0034798602 e 0041648084), no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com fundamento no artigo 71, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021,

CONSIDERANDO a necessidade de readequação da planilha orçamentária do **Edital do Pregão Eletrônico nº 90534/2024/SUPEL/RO**, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada para execução, instalação e ampliação dos Sistemas de Prevenção Contra Incêndio e Pânico do Palácio Rio Madeira - PRM, com vistas a atender às demandas institucionais da Superintendência Estadual de Gestão dos Gastos Públicos Administrativos - SUGESP, por intermédio da Coordenadoria de Manutenção Predial e Engenharia - COMAP;

CONSIDERANDO a **decisão da Pregoeira** (ID 0058774439), proferida na Ata de Julgamento de Recurso, pela procedência do recurso interposto pela empresa K. C. Bueno de Godoy Oliveira, reconhecendo a **existência de vício material insanável** na composição do orçamento de referência, o que motivou a reforma da decisão anterior que havia habilitado a proposta da empresa **ENGERAL CONSTRUÇÕES LTDA**;

CONSIDERANDO o **Parecer Jurídico nº 35/2025/PGE-SUGESP** (ID 0058652046), que opinou pela **declaração de nulidade parcial dos atos administrativos da fase de planejamento**, com base no art. 71, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, por vício insanável, recomendando a preservação dos atos válidos que não guardam nexo direto com o erro identificado;

RESOLVE:

Acolher integralmente, pelos fundamentos jurídicos e técnicos expostos no Parecer nº 35/2025/PGE-SUGESP (ID 0058652046) e no Despacho nº 0058946362, e **DECLARAR A NULIDADE PARCIAL** dos atos administrativos relacionados à fase de planejamento do Pregão Eletrônico nº 90534/2024/SUPEL/RO, especificamente quanto aos seguintes documentos:

- Memorial de Cálculo;
- Planilha Orçamentária Estimativa;
- Declaração de Adequação Orçamentária;
- Termo de Referência;
- Demais documentos e atos diretamente relacionados à formação do valor estimado da contratação.

Ficam, por conseguinte, **sem efeito todos os atos subsequentes que dependam dos atos ora anulados**, nos termos do § 1º do art. 71 da Lei nº 14.133/2021, **permanecendo válidos** os atos administrativos que **não guardam nexo de dependência com o vício reconhecido**, conforme o § 3º do art. 165 da mesma norma.

Determinar à Coordenadoria de Engenharia a **elaboração de nova estimativa de custos**, observando os parâmetros atualizados e corretos do SINAPI, com posterior **reformulação dos documentos de planejamento e republicação do edital**, assegurando-se os princípios da **legalidade**,

economicidade, isonomia e eficiência administrativa.

Determinar, ainda, o encaminhamento dos autos à Comissão Especial de Apuração Preliminar de Responsabilidade (CEAP), nos termos dos arts. 3º a 7º da Portaria nº 162/2024/SEGEF, para exame de admissibilidade quanto à eventual responsabilidade funcional de servidor(es) pela falha identificada na fase de planejamento.

Caberá à CEAP verificar se o vício decorreu de conduta culposa, dolosa ou erro grosseiro ou se se trata de erro escusável, sem repercussão disciplinar, opinando, conforme o caso, pela instauração de Procedimento Interno de Apuração Preliminar (PIAP) ou pelo arquivamento sumário, mediante decisão motivada.

Publique-se.

Porto Velho-RO, data e hora da assinatura eletrônica.

SEMÁYRA GOMES DO NASCIMENTO

Superintendente Estadual de Gestão dos Gastos Públicos Administrativos - SUGESP



Documento assinado eletronicamente por **SEMÁYRA GOMES DO NASCIMENTO**, **Superintendente**, em 11/04/2025, às 13:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Henrique Nazario Kassburg**, **Coordenador(a)**, em 11/04/2025, às 13:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0059103909** e o código CRC **38357DD8**.

Referência: Caso responda este(a) Declaração, indicar expressamente o Processo nº 0042.004052/2024-44

SEI nº 0059103909